

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

O cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sae., as demonstrações financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
Nota	31/12/2014	31/12/2013	
Ativo Circulante	580.900	396.293	
Disponibilidades	4 e 15.d	1.321	1.406
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 e 15.d	94.505	102.113
Aplicações no Mercado Aberto	4	94.505	102.113
Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	324.618	196.286
Carteira Própria		108.495	531
Vinculados à Prestação de Garantias		216.123	195.755
Outros Créditos	160.304	96.488	
Rendimentos e Intermediação de Valores	6	135.722	86.671
Créditos Tributários	7	21.290	7.355
Diversos	8	2.861	2.165
Outros Valores e Bens	152	-	
Despesas Antecipadas		152	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	268.604	261.745	
Outros Créditos	268.602	261.745	
Créditos Tributários	7	51.188	65.181
Diversos	8	217.414	196.564
Outros Valores e Bens	2	-	
Despesas Antecipadas		2	-
Permanente	354	409	
Investimentos	223	223	
Outros Investimentos		2.176	2.176
(Provisões para Perdas)		(1.953)	(1.953)
Imobilizado de Uso	9	3	7
Outras Imobilizações de Uso		68	68
(Depreciações Acumuladas)		(65)	(61)
Intangível	10	128	179
Outros Ativos Intangíveis		295	295
(Amortizações Acumuladas)		(167)	(116)
Total do Ativo	849.858	658.447	
Passivo Circulante	217.568	239.376	
Outras Obrigações	217.568	239.376	
Sociais e Estatutárias		55	116
Fiscais e Previdenciárias	11	77.697	140.926
Negociação e Intermediação de Valores	6	132.246	86.853
Diversas	12	7.570	11.481
Passivo Exigível a Longo Prazo	230.013	157.124	
Outras Obrigações	230.013	157.124	
Fiscais e Previdenciárias	11	226.322	148.171
Diversas	12	3.691	8.953
Patrimônio Líquido	14	402.277	261.947
Capital Social:			
De Domiciliados no País		296.000	195.698
Reservas de Lucros		108.178	65.549
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.901)	700
Total do Passivo	849.858	658.447	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	01/07 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Recetas da Intermediação Financeira		23.602	39.285	25.628
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		23.470	39.106	25.725
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		132	179	(97)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		23.602	39.285	25.628
Outras Recetas (Despesas) Operacionais		29.606	42.302	67.328
Recetas de Prestação de Serviços	16	33.199	64.837	78.170
Rendas de Tarifas Bancárias	16	46.630	85.682	79.177
Despesas de Pessoal	17	(1.570)	(4.281)	(5.890)
Outras Despesas Administrativas	17	(43.987)	(85.249)	(72.453)
Despesas Tributárias	18	(10.912)	(20.160)	(19.933)
Outras Recetas Operacionais	19	20.761	26.678	34.016
Outras Despesas Operacionais	20	(14.515)	(25.205)	(25.755)
Resultado Operacional		53.208	81.587	92.556
Resultado não Operacional		1	54	(748)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		53.209	81.641	92.208
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	(14.335)	(22.471)	(28.829)
Provisão para Imposto de Renda		(10.490)	(15.178)	(20.897)
Provisão para Contribuição Social		(6.685)	(9.516)	(13.036)
Ativo Fiscal Diferido		2.840	2.223	5.104
Participações no Lucro		(37)	(761)	(2.870)
Lucro Líquido		38.837	58.409	60.509
Nº de Ações (Mil)	14.a	28.135.346	28.135.346	20.419.806
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		1,38	2,08	2,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31 de Dezembro de 2012			16.640	89.528	(4.113)	297.753
Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão CPC 33)	3.i	-	-	-	4.813	4.813
Reservas com Base em Reservas Estatutárias	14.b	-	-	(89.528)	-	(89.528)
Destinações:						
Reserva Legal			3.025	-	-	(3.025)
Juros sobre o Capital Próprio	14.b		-	-	(11.600)	(11.600)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c		-	22.942	(22.942)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c		-	22.942	(22.942)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013			19.665	45.884	700	261.947
Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão CPC 33)	3.i	-	-	-	(2.601)	(2.601)
Aumento de Capital	14.a	100.302	-	-	-	100.302
Destinações:						
Reserva Legal			2.920	-	-	(2.920)
Juros sobre o Capital Próprio	14.b		-	-	(15.780)	(15.780)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c		-	19.855	(19.855)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c		-	19.854	(19.854)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014			22.585	85.593	(1.901)	402.277
Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão CPC 33)	3.i	-	-	-	(1.248)	(1.248)
Aumento de Capital	14.a	100.302	20.644	61.377	(653)	376.773
Destinações:						
Reserva Legal			1.941	-	-	(1.941)
Juros sobre o Capital Próprio	14.b		-	-	(12.680)	(12.680)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c		-	12.108	(12.108)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c		-	12.108	(12.108)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014			22.585	85.593	(1.901)	402.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	01/07 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		38.837	58.409	60.509
Ajustes ao Lucro Líquido		9.127	18.498	13.946
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(2.840)	(2.223)	(5.100)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	13.c	11.940	20.666	18.991
Depreciações e Amortizações		27	55	55
Variações em Ativos e Passivos		(33.687)	(171.489)	(59.063)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(20.021)	(130.933)	(2.501)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(45.357)	(68.450)	(38.677)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		34	(154)	59
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		37.807	54.870	(61.560)
Imposto Pago		(6.150)	(26.822)	(33.989)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		14.277	(94.582)	15.392
Atividades de Investimento				
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		-	-	-
Atividades de Financiamento				
Aumento de Capital	14.a	-	100.302	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	14.b	(10.778)	(13.413)	(99.388)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(10.778)	86.889	(99.388)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		3.499	(7.693)	(83.966)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		92.327	103.519	187.515
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	95.826	95.826	103.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares das sociedades da espécie, atuando na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público ("underwriting") e administração de fundos. A Santander CCVM tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander CCVM, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 25 de fevereiro de 2015.
As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander CCVM, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/rf.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander CCVM.
b) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.088/2011.
d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
e) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
I - títulos para negociação;
II - títulos disponíveis para venda;
III - títulos mantidos até o vencimento.
Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida.
(1) da adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos "hedge" podem ser classificados como:
I - "hedge" de risco de mercado; e
II - "hedge" de fluxo de caixa.
Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:
(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e
(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.
g) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
h) Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos sucessivos ou em maior frequência sob condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:
h.1) Outros Investimentos
Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.
h.2) Imobilizado
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear com taxa anual de 10% para móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação.
h.3) Intangível
Os gastos classificados no ativo intangível - aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.
Plano de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na Demonstração do Resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas - planos de benefícios a funcionários.
Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 22. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.
A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de

Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (feitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

- Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.
Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

j) Remuneração Baseada em Ações
Liquidação em Ação
São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.

No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido - reservas para pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo.
Liquidação em Dinheiro
No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.

k)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos		
- Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	1.969	7.812
Provisão para Pagamentos a Faturar	4.874	6.805
Plano de Benefício de Aposentadoria (Nota 3.i e 22.a)	3.243	2.809
Valores a Pagar a Fornecedores	37	1.934
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 15.c)	-	14
Outras	1.138	1.060
Total	11.261	20.434
Circulante	7.570	11.481
Longo Prazo	3.691	8.953

13. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 11)	278.376	258.588
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos		
- Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 12)	1.969	7.812
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos		
- Ações Trabalhistas e Cíveis	1.969	7.812
Total	280.345	266.400

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2014			01/01 a 31/12/2013		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	258.588	7.812	-	240.859	8.527	24
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	19.795	600	271	17.730	1.260	1
Baixas por Pagamentos	(7)	(6.714)	-	(1)	(1.975)	(25)
Saldo Final	278.376	1.698	271	258.588	7.812	-
Depósitos em Garantia - Outros						
Créditos ⁽²⁾	45.557	410	1.378	73.083	5.921	1.275

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander CCVM com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander CCVM tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificado como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$18.684 (31/12/2013 - R\$15.559): a Santander CCVM interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$39.688 (31/12/2013 - R\$33.771): a Santander CCVM ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

ISS - Instituições Financeiras - R\$10.157 (31/12/2013 - R\$9.045): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Dedutibilidade da CSLL no IRPJ - R\$63.255 (31/12/2013 - R\$60.787): pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.

Plano Verão IRPJ/CSLL - R\$63.730 (31/12/2013 - R\$61.449): ação judicial relativa aos impactos do expurgo inflacionário do Plano Verão nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

Desmutualização de Ações - R\$68.532 (31/12/2013 - R\$64.437): visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações de caráter indenizatório e referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo e doenças ocupacionais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

h) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$242.222 e o principal processo é:

PIS e Cofins - Desmutualização das Bolsas - cobrança de PIS e Cofins sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da BM&F e Bovespa, sob a alegação de que as ações estariam classificadas em conta de ativo circulante. Referidas ações estavam classificadas em conta do ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e Cofins conforme determina o art. 3, § 2, inciso IV da Lei 9.718/1998. O valor envolvido atualizado é de R\$59.406.

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Em 31 de dezembro de 2013, refere-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$11.676 (31/12/2013 - R\$11.816), registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 11) de responsabilidade de ex-controladores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8).

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2014, é composto por 28.135.346 mil ações, nominativas e sem valor nominal (14.067.673 mil ações ordinárias e 14.067.673 mil ações preferenciais), todas de domiciliados no país.

Em AGE de 10 de junho de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Santander CCVM no montante total de R\$100.302, sendo R\$100.301 a ser integralizado pelo acionista Banco Santander e R\$1 a ser integralizado pela acionista Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Leasing"), mediante a emissão de 7.715.539.459 novas ações, a serem emitidas pelo preço de emissão de R\$0,013000. Em decorrência do aumento, o capital social da Santander CCVM passou de R\$195.698 para R\$296.000 mediante a emissão de 7.715.539.459 novas ações, sendo 3.857.769.730 ações ordinárias e 3.857.769.729 ações preferenciais.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Sociedade e participação em igualdade de condições, com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas, provenientes da capitalização da correção monetária de qualquer natureza, de lucros em suspenso, reservas ou quaisquer outros fundos.

Em 30 de dezembro de 2014, foi aprovada o destaque e o pagamento de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de abril a dezembro de 2014, no montante bruto de R\$12.680 (R\$0,4506786 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,383076, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais).

Em 31 de março de 2014, foi aprovada o destaque e o pagamento de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de janeiro a março de 2014, no montante bruto de R\$3.100 (R\$0,15181375 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,12904169, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais).

Em 30 de dezembro de 2013, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de outubro a dezembro de 2013, no valor de R\$2.900 (R\$0,14201931 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,12071642, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais).

Em 30 de setembro de 2013, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de julho a setembro de 2013, no valor de R\$2.600 (R\$0,12732766 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,10822851, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais).

Em 28 de junho de 2013, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de abril a junho de 2013, no valor de R\$2.600 (R\$0,12732766 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,10822851, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais).

Em 28 de março de 2013, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de janeiro a março de 2013, no valor de R\$3.500 (R\$0,34280524 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,29138445, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais).

Em 28 de março de 2013, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$89.528 (R\$4,384370743 por lote de mil ações ordinárias), sendo que o valor de R\$44.764 foi retirado da conta e reserva para equalização de dividendos e R\$44.764 da conta de reserva para reforço de capital de giro. O pagamento foi efetuado em 28 de março de 2013, e serão imputados integralmente ao acionista Banco Santander (Brasil) S.A.

c) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander CCVM e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

15. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander CCVM realizada em 10 de abril de 2014, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2015, fixado no valor máximo de R\$10. A Santander CCVM é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander CCVM não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

Em dezembro de 2014, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

b) Benefícios de Longo Prazo

A Santander CCVM, assim como o Banco Santander, igualmente com outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho no preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 22.b).

c) Participação Acionária

A Santander CCVM é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 28.135.280 mil ações (14.067.640 mil ações ordinárias e 14.067.640 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,999% do capital social e participação indireta através da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Leasing") de 66 mil ações (33 mil ações ordinárias e 33 mil ações preferenciais), equivalentes a 0,001% do capital social, totalizando uma participação de 100%.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outros desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2014	31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Disponibilidades	1.321	1.406	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	94.505	102.113	10.454	9.899
Rendas a Receber ⁽²⁾	58	243	-	517
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas ⁽³⁾ (Nota 12&17)	-	(14)	(69.791)	(55.840)
Despesas com Doações	-	-	(706)	(685)

⁽¹⁾ As aplicações com vencimento até 3 meses.

⁽²⁾ Em 2014 Inclui R\$58 de rendas a receber do Banco Santander, S.A. - Espanha (Banco Santander Espanha).

⁽³⁾ Refere-se ao convênio operacional com o Banco Santander.

16. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

Referem-se, basicamente, a receitas de prestação de serviços de corretagens de operações em Bolsas e comissões de colocação de títulos.

17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 15.c)	69.791	55.840
Comunicações	10.331	10.092
Serviços Técnicos Especializados	522	1.671
Doações	803	1.652
Outras	3.802	3.198
Total	85.249	72.453

18. Despesas Tributárias

Referem-se, principalmente, a despesas com Cofins, ISS e PIS.

19. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Recuperação de Impostos ⁽¹⁾	12.679	25.140
Atualização de Depósitos Judiciais	8.132	4.876
Reversão de Provisões Operacionais	2.923	958
Atualização de Impostos a Compensar	-	147
Fiscais	-	147
Outras	2.468	811
Variação Monetária Ativa	18	23
Outras	1.730	2.693
Total	26.678	34.016

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2013, incluiu R\$25.140 pelo reconhecimento do processo de repetição de indébito a título de AIRE (Adicional de Imposto de Renda Estadual), transitado em julgado.

20. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Provisões Operacionais		
Fiscais	12.029	12.079
Trabalhistas (Nota 13.c)	600	1.260
Cíveis (Nota 13.c)	271	1
Outras Provisões Operacionais	93	57
Comissões	10.943	10.038
Atualização de Impostos	291	215
Outras	978	2.109
Total	25.205	25.759

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	81.641	92.208
Participações no Lucro	(761)	(2.870)
Juros sobre o Capital Próprio	(15.780)	(11.600)
Resultado antes dos Impostos	65.100	77.738
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(26.400)	(31.095)
Despesas Alíquotas de 25% e 15% Respetivamente	2.888	1.436
Demais Indutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	681	830
Imposto de Renda e Contribuição Social	(22.471)	(28.829)

DIRETORIA

Diretores

Daniel Luiz Ciotti

Fernando Marcelo Sanchez

Contador

Flamínio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nosso opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza

Contador

CRC nº 1 RJ 076328/O-2

22. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Santander CCVM patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II, Banesprev planos I, II e III e SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano e CABESP.

i) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em Abril/2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a PREVIC, em razão de Déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empreg